

GRAMSCI ONLINE?

Sociedade civil e sociedade política no ciberespaço

ONLINE GRAMSCI?

Civil society and political society in cyberspace

GRAMSCI ONLINE?

Sociedad civil y sociedad política em el ciberespacio

Friedrich Maier¹

RESUMO

O artigo tem por objetivo apresentar uma proposta de tradução de alguns elementos do debate de cibersegurança em termos gramscianos. Com isso, procura-se um contraponto a alguns argumentos-chave presentes na literatura de cibersegurança. A saber, a rígida separação identificada entre membros das empresas de tecnologia (sociedade civil) e agentes governamentais. A categoria de Estado desenvolvida por Gramsci auxilia na compreensão dessas relações de outro modo, posicionando o ciberespaço como parte da totalidade compreendida a partir do nexos orgânico entre sociedade civil e sociedade política. Tal perspectiva permite interpretar as recentes movimentações estratégicas no ciberespaço como mais um momento no processo de ampliação do Estado e não como uma territorialização de um espaço outrora livre.

PALAVRAS-CHAVE: Cibersegurança. Antonio Gramsci. Ciberespaço. Relações Internacionais. Internet.

ABSTRACT

The article aims to translate some elements from the Cybersecurity debate into Gramscian terms. We sought a counterpoint to key arguments in the Cybersecurity literature. Namely, the hard separation between tech companies (known as “civil society”) and government agents. The category of State developed by Gramsci comprehends these relations in another way, positioning the cyberspace as a part of the totality constituted by the organic nexus among civil society and political society. In this view, we can read the recent strategical movements in cyberspace not as territorialization of a space once free, but as another moment of the process of State expansion.

KEYWORDS: Cybersecurity. Antonio Gramsci. Cyberspace. International Relations. Internet.

RESUMÉN

El artículo tiene como objetivo traducir elementos del debate sobre la ciberseguridad en términos gramscianos. Así, se busca un contrapunto a algunos argumentos clave presentes en la literatura sobre ciberseguridad. Es decir, la rígida separación identificada entre los miembros de las empresas de tecnología (sociedad civil) y agentes gubernamentales. La categoría de Estado desarrollada por Gramsci ayuda a comprender estas relaciones diferentemente, posicionando el ciberespacio como parte de la totalidad formada por el nexos orgánico entre sociedad civil y sociedad política. Así podemos interpretar los recientes movimientos estratégicos en el ciberespacio como un momento más en el proceso de expansión del Estado y no como una territorialización de un espacio que em otro tiempo fue libre.

PALABRAS CLAVE: Ciberseguridad. Antonio Gramsci. Ciberespacio. Relaciones Internacionales. Internet.

INTRODUÇÃO²

As dinâmicas sociais, políticas e econômicas envolvendo o ciberespaço aparecem como objetos de pesquisa com interesse crescente. Desde a década de 1980, pesquisadores perscrutam os efeitos políticos e sociais que o desenvolvimento e expansão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) trazem. O próprio conceito de ciberespaço, cada vez

mais presente em pesquisas em Ciências Sociais, desenvolve-se a partir desse período, representando um espaço abstrato, uma “noção”, que surge quando as TICs são tomadas em conjunto.

No campo acadêmico, enquanto, de um lado, pesquisadores procuram compreender quais são os elementos inovadores desse novo espaço de ação, doutro lado, uma parte da literatura é rerepresentada como importante chave de interpretação para os fenômenos que, a despeito das profundas inovações, ainda repõem paradigmas de comportamento anteriores ao mundo digital. Diagnóstico que se aplica ao campo das Relações Internacionais e nas discussões que envolvem a segurança do novo ambiente, isto é, a chamada cibersegurança.

O artigo procura ponderar alguns dos argumentos-chave encontrados na literatura de cibersegurança a partir da teoria gramsciana. O movimento, respaldado na categoria de **tradução** – ou **tradutibilidade** – empregada pelo sardo, procura polemizar com alguns lugares-comuns encontrados em dita literatura. A saber, a forte separação com as quais as relações entre sociedade civil e sociedade política são apresentadas pelos analistas de cibersegurança. Procura-se, portanto, um contraponto ao debate em tela.

Contraponto que sugere uma possibilidade de compreensão e apropriação estratégica do “mundo cibernético” mais adequada a sua realidade. Os desdobramentos atuais, de maior intervenção de agentes estatais no ciberespaço não representa uma territorialização de um espaço que antes era livre da tirania estatal e completamente democrático. Ao contrário, aponta-se um processo de ampliação do Estado, concernente ao panorama teórico elaborado por Gramsci e às evidências factuais do próprio processo histórico de formação do ciberespaço.

Sendo assim, a primeira seção apresenta como a categoria de tradução assume um papel central na utilização das categorias gramscianas para o debate de cibersegurança. Tal discussão é importante para evitar uma aplicação mecânica, ou mero decalque de elementos teórico-práticos desenvolvidos num “mundo analógico” para um “mundo digital”. Após, avançam-se os argumentos para apresentar como a categoria de Estado elaborada pelo sardo contribui numa interpretação do histórico de desenvolvimento do ciberespaço diversa daquela comumente apresentada na literatura de cibersegurança. Nas considerações finais, ressalta-se a significância da alteração da ideia de “territorialização” para aquela de “ampliação” do papel estatal dentro do ciberespaço.

TRADUÇÃO COMO FERRAMENTA TEÓRICA

Com função central na discussão metodológica desta pesquisa, a categoria de tradução assume em Gramsci uma riqueza que extrapola o significado mais corriqueiro do termo³. A

tradução remete tanto às influências dos estudos em Filologia (linguística e cultura), realizados pelo sardo na Universidade de Turim, quanto aos debates estratégicos do movimento proletário, seja sobre a revolução na Rússia (GRAMSCI, 1982 apud DEL ROIO, 2017, p. 115), seja sobre as possibilidades revolucionárias do período italiano de 1919-1920 (GRAMSCI, 1975).

Nos Cadernos, a categoria perpassa uma série de pontos. Na discussão do *Risorgimento* italiano, sustenta as críticas à Giuseppe Ferrari, dada a incapacidade de formulação política adequada ao contexto cultural e nacional italiano (GRAMSCI, 1975, Q1§44, p. 44). Na reflexão sobre a derrota do *Biennio Rosso*, a tradução aparece como elemento crucial na mobilização prática do saber teórico, não como mera transposição, mas como redução recíproca, entre o sentimento das massas (a vida real) e a filosofia da práxis, ao mesmo tempo que implica traduzir para a linguagem teórica os elementos dessa vida real (GRAMSCI, 1975, Q3§48, pp. 330-32).

Entretanto, é no caderno onze, como aponta Boothman (2010, 2017), que Gramsci inicia a sistematização das suas ideias sobre a tradução. Há nesse caderno um núcleo de parágrafos (§46-§49) que enseja a compreensão de três momentos da tradução: o termo vai da tradução entre linguagens teóricas de dois indivíduos, passando pela tradução entre filosofias e linguagens científicas e culmina na possibilidade de tradução entre duas culturas nacionais – possibilidade restrita apenas à filosofia da práxis (GRAMSCI, 1975, pp. 1468-1473).

Se nos parágrafos acima Gramsci discute a tradução desde um ponto de vista teórico, sempre sugerindo futuras investigações, encontramos no caderno cinco um raro momento do emprego prático/estratégico dessa categoria. No parágrafo 127, o sardo apresenta como o partido político de sua época representaria uma tradução, para a linguagem política moderna, da noção de “Príncipe” apresentada por Maquiavel – o *condottiere*, cuja função é a formação de um movimento nacional-popular com fins de fundação de um novo Estado (GRAMSCI, 1975, Q5, §127, p. 661-2).

Em síntese, a ideia de tradução está para além de seu sentido literal. É o recurso metafórico encontrado por Gramsci para apresentar sua proposta de atualização e adaptação de conceitos, elementos práticos e tradições filosóficas. Da tradução, apenas a filosofia da práxis, em atitude polêmica diante de todas as outras perspectivas e linguagens filosóficas, é capaz de extrair sua máxima potencialidade; de torná-la orgânica. É a teorização da filosofia da práxis sobre a historicidade e a função prática das superestruturas que garante esse movimento orgânico⁴.

Foi também por meio da tradução que o sardo foi capaz de incorporar ao seu marxismo elementos de teóricos das mais diversas tradições, como Maquiavel, Croce, Gentile, Cuoco, Sorel e muitos outros. O cuidado metodológico na atenção dos condicionantes históricos e

políticos em cada um dos momentos de polêmica contribuiu para que essa incorporação acontecesse sem ecletismos⁵ e sem rupturas com os pressupostos básicos de sua teoria. Encontramos em Passos (2017) uma sistematização dessa ideia:

A “tradução” é uma categoria central por resignificar, incorporar conceitos externos e estranhos ao aparato de elaboração do comunista italiano. Permite adequar e compatibilizar sem o recurso a ecletismos excludentes ou incompatíveis com a obra gramsciana conceitos cuja gênese é externa e estranha ao seu aparato teórico-prático-metodológico. Ela permite resignificar histórica e culturalmente em termos do marxismo gramsciano categorias e fontes estranhas ao materialismo histórico (p. 142).

É nesse sentido que se apresenta esta tentativa de traduzir alguns dos elementos que compõem o debate da cibersegurança. Diante de textos que apresentam um panorama rígido, de cisão entre sociedade civil e sociedade política, apresentam-se alternativas calcadas nas categorias gramscianas.

A CATEGORIA DE ESTADO E O CIBERESPAÇO

A discussão sobre a cibersegurança emerge, pelo menos em caráter embrionário, com o próprio surgimento das tecnologias que permitiram a comunicação em rede de computadores (WARNER, 2012). Assim, se desde a década de 1960 há uma preocupação sobre a integridade dos dados nos serviços de *multiprogramming*, o desenvolvimento dessas tecnologias apenas intensificou os debates. Num primeiro momento, as preocupações ficaram restritas ao ambiente acadêmico e militar. Com a explosão do *e-commerce* e a popularização da Internet, a partir da década de 1990, termos como *software*, *hardware*, “vírus” (*malware*), *trojan* (“cavalo de Troia”), *spam*, *bug* e outros, ganharam mais espaço no vocabulário social.

A pesquisa bibliográfica empreendida para esse estudo identificou que o debate sobre cibersegurança se apoia em considerações estadocêntricas, além de reafirmar uma série de lugares-comuns de cariz liberal e realista. Dentre esses, chamou-nos atenção a rigidez com a qual a oposição entre os interesses do “setor privado de tecnologia” e dos “governos” se apresenta. Em uma série de avaliações, o ciberespaço aparece posicionado como elemento essencialmente conectado com a sociedade civil e, nesse sentido, em oposição ao padrão de atuação dos Estados, hierárquico e centralizado, pautado na concepção de soberania (PEREIRA, 2013; KASSAB, 2014; SEGAL, 2016, GUIORA, 2017).

Tal visão deriva, como destaca Ferrari (2007), do fato da maioria dos estudos seminais sobre o ciberespaço construírem-se a partir de um ponto de vista fenomênico, isolando esse ambiente do entorno social que o originou. O resultado dessa postura é uma visão essencialmente ingênua do ciberespaço, como momento ímpar de superação das

desigualdades e das assimetrias sociais, pois no mundo virtual a tirania estatal e os problemas econômicos não teriam mais espaço. A tecnologia assumiria, novamente, o papel de “solução dos maiores problemas da humanidade” (GATES, 1995; BARLOW, 1996; COELHO, 2001).

É nesse sentido que se propõe mirar o surgimento do ciberespaço a partir da categoria de Estado desenvolvida por Gramsci. É preciso como primeira tarefa nessa elaboração crítica do debate da cibersegurança, posicionar o ciberespaço também como elemento do nexo orgânico entre sociedade civil e sociedade política. A tarefa pode parecer incoerente, uma vez que a prédica corriqueira é, justamente, apontar o ciberespaço como desafio máximo ao panorama estatal (fronteiras fluídas, anonimato, “empoderamento” individual).

Entretanto, recorrendo ao categorial gramsciano podemos mirá-lo por outra perspectiva. Nascido do mundo burguês, do Estado burguês, o ciberespaço enquanto fenômeno social carrega também uma hegemonia. Mirar o ciberespaço como elemento do nexo orgânico entre sociedade civil e sociedade política implica posicioná-lo como mais um elemento no complexo sistema de dominação burguesa. Isso porque o ciberespaço corrobora com o contínuo processo de acumulação capitalista, garantindo-a tanto ao nível estrutural (a “economia digital”), quanto ao nível superestrutural (seu imenso impacto subjetivo), em cada seção territorial (nacional) da totalidade capitalista⁶.

A chave é necessariamente dialética. O ciberespaço origina-se do modo de produção social capitalista e têm impacto direto no desenvolvimento desse modo de produção, sob novas bases, agora digitais. Nesse mesmo processo, de características “estruturais”, o ciberespaço “se superestruturaliza”, originando elementos ideológicos, de controle social e mobilização do consenso. O ciberespaço constitui-se, ao mesmo tempo, como espaço de acumulação capitalista e espaço de manutenção e intensificação da acumulação capitalista.

Portanto, ciberespaço como um ambiente sujeito à hegemonia que sustenta a existência de vários aparelhos privados de hegemonia. Compreender o ciberespaço dessa forma auxilia na tarefa de discernir justamente como atuam esses aparelhos no novo ambiente (as corporações digitais, os buscadores *online*, as enciclopédias virtuais, as redes sociais, os jogos eletrônicos etc.). Significa compreender que, para além da apologia das esperanças trazidas pelo “novo mundo digital”, o ciberespaço é também espaço de articulação do consenso dentro da hegemonia burguesa.

Encontra-se uma primeira dificuldade. Em geral, a prédica oferecida sobre a internet posiciona-a como um ambiente “sem fronteiras” e “global”. Todos teriam o acesso democrático à “rede das redes”, com suas fronteiras fluídas que desafiam o panorama estatal (BARLOW, 1996). A Internet e, por extensão, o ciberespaço são vistos como globais, gerando a “vila global hiperconectada”.

Contudo, esse quadro não é real. Apesar do alto nível de conectividade, as próprias características infraestruturais da Internet resultam uma realidade diversa (MARTINS, 2012, p. 38). Cada ponto de troca de informações necessariamente está submetido a uma legislação territorial que, em muitos casos, possui jurisdição não apenas sobre a sua infraestrutura física (prédios, cabos, servidores etc.), mas também aos fluxos eletrônicos, os dados e metadados, que passam por eles. Ao mesmo tempo, os serviços digitais ofertados por sites como *Google*, *Facebook*, *Instagram*, *Yahoo* e *Microsoft*, são desenvolvidos por empresas, com personalidades jurídicas próprias e sujeitas igualmente às legislações nacionais (CANABARRO, 2014, p. 103).

Logo, em forma muito semelhante à totalidade capitalista, a “totalidade do ciberespaço” é um compósito global, isto é, um todo formado por partes que, ao mesmo tempo em que seguem um determinado sentido, diferenciam-se em múltiplas temporalidades, de padrões de acesso, de legislações regulatórias e de práticas sociais particulares. Nesse sentido, cada ciberespaço nacional formou-se com características particulares que dialogam tanto com a estrutura de classes interna, quanto com as relações internacionais.

A esse primeiro passo, de (re)posicionar o ciberespaço dentro da totalidade capitalista, segue-se a crítica ao lugar-comum da rígida separação entre o “setor privado de tecnologia” e os diversos órgãos componentes dos governos, compreendidos em chave gramsciana como elementos da sociedade política. Assim, os problemas do ciberespaço posicionam-se na literatura de cibersegurança a partir da cisão entre atores político-governamentais, atores das empresas de tecnologias e um “terceiro setor”, composto por entusiastas dos desenvolvimentos das TICs e normalmente organizados em ONGs (Organizações Não Governamentais) e ONGIs (Organizações Não Governamentais Internacionais). Nessa visão, haveria uma clara tensão (quando não oposição plena) entre os interesses das empresas de tecnologia e os governos.

De um lado *Apple*, *Microsoft*, *Alphabet [Google]*, *Amazon*, *Facebook*, *Yahoo*, *Twitter* e outras, vistas como as grandes responsáveis pelo desenvolvimento tecnológico do século XXI, marcado pela profusão do uso da Internet a partir dos *smartphones* e da conexão sem fio. São empresas inovadoras, dinâmicas, cuja operação descentralizada numa hierarquia frouxamente organizada ganha admiradores e fãs ao redor do mundo. Essas empresas centrariam seus esforços em fatias de mercado, reputação diante dos clientes e a preocupação cada vez maior com a regulamentação estatal.

Doutro lado concentram-se os Estados, com seus governos e agências reguladoras e de inteligência. Marcados pela rigidez, burocracia e hierarquia da ação estatal, normalmente são vistos como ameaça ao panorama dinâmico das empresas de tecnologia. Principalmente a partir das revelações do *Wikileaks* e, posteriormente, de Edward Snowden, o senso comum posicionou os governos como os elementos mais perigosos da era informacional.

No pano de fundo, em geral, a Internet e as TICs aparecem como elementos conectados intrinsecamente à sociedade civil e, portanto, poderosas ferramentas no combate contra o autoritarismo dos Estados e dos governos. Essa visão inicial se apresenta numa série de teóricos, com matizes⁷. A ideia central é associar o ciberespaço àquilo que Bianchi (2018) identifica como a “visão toquevilliana” de sociedade civil. Neste sentido, certa literatura intenta posicionar a Internet como essencialmente não conflituosa, dinamizadora da economia e das relações sociais e, além disso, como ferramenta democratizante.

Sendo assim, pululam, no campo da cibersegurança, análises que argumentam no sentido de uma movimentação dos Estados para o ciberespaço, numa espécie de “territorialização” do mundo virtual. Essa é a perspectiva de Segal (2016), cujo livro, *The hacked world order*, apresenta ampla base factual desse suposto processo. O ano compreendido entre o mês de junho de 2012, data da revelação do vírus *Stuxnet*, que danificou centrífugas nucleares no Irã, e o mês de junho de 2013, mês do início das revelações de Edward Snowden, marca, para o autor, o “Ano Zero” nos debates e políticas para a cibersegurança. Principalmente a partir desse período, o movimento em direção a uma territorialização dos ciberespaços seria explicitado globalmente, promovendo maiores discussões acerca dos problemas de cibersegurança.

Avançando na tarefa de tradução das temáticas de cibersegurança desde uma perspectiva gramsciana, pretende-se avaliar esse argumento a luz da categoria de Estado. A hipótese que emerge nesse momento é uma mudança de perspectiva: o desenvolvimento do ciberespaço, desde seus anos iniciais, sempre compreendeu a interferência estatal em seus rumos. Nesse sentido, as recentes movimentações de governos no campo de cibersegurança representam mais um episódio numa relação de desenvolvimento intrínseca, entre Estado e ciberespaço. Em outras palavras, o desenvolvimento do ciberespaço também apresenta as profundas relações entre sociedade civil e sociedade política identificadas por Gramsci no começo do século XX (GRAMSCI, 1975). O momento atual, de grandes movimentos estatais no campo da cibersegurança, seria apenas mais um capítulo no processo de “ampliação do Estado” para a sociedade civil, agora digital.

Tal ampliação sustenta-se numa série de evidências históricas. Não se pode esquecer, o projeto que culminaria na criação da Internet, o ARPANET, possui origem militar. Relatos ressaltam que, se os cientistas e técnicos do período possuíam relativa autonomia na engenharia do novo sistema, os agentes governamentais mantinham constante supervisão desses desdobramentos (SEGAL, 2016, p. 208-211). Do mesmo modo, as próprias preocupações com cibersegurança surgiram da utilização crescente dos sistemas informáticos pelo governo dos Estados Unidos da América (EUA) e se desenvolveram a partir de estreita colaboração entre empresas privadas de tecnologia, academia e agentes estatais (WARNER, 2012).

Avançando no tempo, na década de 1990 o governo Clinton posicionou a expansão da Internet como plataforma de política externa (HOWARD, DA CRUZ, 2017). Em diversas ocasiões o corpo diplomático estadunidense atuou fortemente no sentido de garantir benefícios e proteções as suas empresas de tecnologia. Como no caso envolvendo as ações do Google na China em 2008 (JIN, 2016, p. 338), e, mais recentemente, a forte atuação do governo Trump na competição geopolítica em torno das novas tecnologias do 5G (HOFFMANN *et al*, 2019).

A sociedade política fabrica os fabricantes (GRAMSCI, 1975, Q19§7, p. 1993). A advertência de Gramsci, na época em que a expansão dos compromissos fiscais e endividamento do Estado constituíam-se como elementos importantes no azeitamento da acumulação capitalista (LIGUORI, 2004, pp. 209-213, 2007, pp. 17-8), continua a ressoar, agora *online*. Uma breve análise dos documentos estratégicos, diretivas presidenciais e orçamentos federais revela a importância – cada vez maior – que o ciberespaço e as tecnologias digitais assumem. Investimentos em “segurança cibernética”, programas de incentivo ao treinamento de pessoal técnico e, mais ainda, estímulo para o desenvolvimento de novos talentos dentro da sociedade civil, remetem ao Estado educador gramsciano: aquele que preme, incita e solicita, sempre na direção da manutenção do estado de coisas burguês (GRAMSCI, 1975, Q8§62, p. 978).

Mais ainda, o nexu orgânico entre sociedade civil e sociedade política se ilustra com mais detalhes a partir das revelações do caso Snowden, em 2013. O funcionário de uma empresa que prestava serviços de inteligência aos EUA, disponibilizou para Glenn Greenwald numerosos arquivos digitais⁸, que atestavam a ampla utilização das TICs como instrumentos de espionagem, vigilância e controle. Os documentos apontaram que o governo dos EUA, em conjunto com Austrália, Canadá, Nova Zelândia e Reino Unido (formando, assim, o grupo conhecido por *Five Eyes*), promoviam ações deliberadas no sentido da coleta e armazenamento da maior quantidade possível de dados e metadados a nível internacional. Ao mesmo tempo, desenvolveram *softwares* de análise e processamento desses dados, criando a possibilidade de rastreamento de virtualmente qualquer indivíduo no globo.

Os recursos utilizados para a coleta dos dados e metadados eram os mais diversos possíveis. Coletores posicionados diretamente nos servidores de empresas de tecnologia (*Facebook, Yahoo, Google*) e de telecomunicações (*Verizon, AT&T*, outras); “grampos” em cabos submarinos de fibra ótica; sabotagem deliberada, com introdução de mecanismos de coleta, em hardwares para infraestruturas de internet e rede; além do enfraquecimento de soluções de criptografia, como a implantação de *back doors* em algoritmos de segurança. (GREENWALD, 2014, cap. 3).

Não se sabe o teor das negociações entre as agências de inteligência dos EUA e as empresas de tecnologia que permitiram a montagem do programa de espionagem denunciado por Snowden na época. O que se sabe é que “grampos” garantiam a coleta de dados diretamente dos servidores dessas empresas. O que leva à conclusão de que as empresas tinham um mínimo de compreensão do que estava acontecendo, apesar da negativa veemente (GREENWALD, MACASKILL, 2013; GREENWALD, 2014).

Tais elementos apontam para o fato de que os programas estatais de espionagem e contraespionagem dependem, cada vez mais, de estreitas colaborações com os setores privados de tecnologia. Diferentemente do que se publicou a partir de 2013, as revelações do caso Snowden não afastaram “ainda mais” o setor privado de tecnologias e os agentes estatais. Ao que parece, o quadro de crescente interesse estatal no ciberespaço reforça as atividades de espionagem e sabotagem. O que aumentou foi o nível de sofisticação das operações.

O primeiro argumento a ser ponderado nesse sentido é a relação entre o modelo de negócios promovido pelas empresas de tecnologia e sua complementaridade com os interesses governamentais. O modelo de “serviços gratuitos”, popularizado a partir do buscador *Google* e das redes sociais, como o *Facebook*. Os sites dessas empresas baseiam-se na criação de plataformas que fornecem variados serviços, com o objetivo de represar o máximo possível da atenção dos usuários.

Nesse modelo, o usuário tem acesso gratuito a uma série de aplicações: *e-mail*, calendário, agenda de contatos, rede social, armazenagem de fotos, entre outros. O pagamento vem em forma de dados e metadados coletados extensivamente a partir das interações. Após a coleta, há o processamento e comercialização para a indústria do *marketing* e do *advertising*. O poder de processamento cada vez maior e mais capaz, dados os desenvolvimentos recentes no campo dos algoritmos, *big data* e da Inteligência Artificial, permite a segmentação dos usuários das mais variadas formas.

Com a intensificação do uso não apenas dos serviços de busca e *e-mails*, mas também das redes sociais, a tendência geral é de multiplicação dos dados deixados na rede. Dados e metadados cada vez mais específicos, sobre preferências cada vez mais pessoais, são coletados em volumes cada vez maiores. Passa-se de uma era de coleta de “buscas no Google”, para a coleta de perfis psicológicos complexos, históricos de localização, redes familiares e de amizade, preferências gastronômicas, estéticas, políticas etc.

Com coletas cada vez maiores e cada vez mais específicas, o interesse governamental por esses dados cresce. Sob a prédica de “combate ao terrorismo” ou “combate ao narcotráfico”, diversos Estados mantêm robustos investimentos em agências de inteligência. A espionagem,

elemento sempre presente nas relações humanas, chega a sua “idade de ouro” graças às TICs (SEGAL, 2016, p. 170).

Vale a advertência, essa mirada não pretende minimizar as claras contradições que se apresentam no debate sobre cibersegurança entre “setor privado” e “governos”. Isto é, em determinados assuntos há uma nítida separação entre os interesses das frações de classe que representam as grandes corporações de tecnologia e os interesses das frações de classe presentes nos governos⁹.

Porém, tais desencontros não dirimem o fato da relação orgânica, em nível estratégico, entre essas mesmas corporações e seus governos nacionais. Trata-se de uma tarefa de compreensão desses laços orgânicos, formados no desenrolar do processo histórico, para uma interpretação crítica do debate de cibersegurança. E, mais ainda, de uma compreensão de como os ajustes entre as frações de classes culminam em ações práticas.

O fato é que as relações entre agentes da sociedade política e agentes da sociedade civil borram-se quando o assunto é a coleta de dados. Mais importante ainda, as constantes rugas entre o Vale do Silício e os governos não dirimem essa relação. Isso porque as empresas ainda estão submetidas a legislações nacionais e, para além disso, também precisam defender suas estruturas cibernéticas. A relação com os governos e as agências de inteligência é crucial nesse último aspecto, abordado a seguir.

As características de arquitetura das tecnologias que permitem a comunicação em rede e o ciberespaço reforçam um panorama altamente belicoso nesse ambiente. É praticamente impossível garantir a total integridade dos códigos-fonte, das redes e até mesmo do hardware (SEGAL, 2016; GUIORA, 2017). A proliferação dos ataques cibernéticos, que acontecem aos milhares, diariamente, atestam esse panorama. A maioria dos ataques carece de capacidade técnica e não chega a atingir dados ou infraestruturas críticas. Contudo, invasões de alto nível acontecem. Uma frase de John Chambers, CEO da *Cisco*, uma das maiores fornecedoras de infraestrutura de redes e telecomunicações do mundo, é representativa: “Existem dois tipos de empresas: aquelas que foram hackeadas e aquelas que ainda não sabem que foram hackeadas” (CHAMBERS, 2015).

Assim, a necessidade de cooperação entre os dois setores seria uma das medidas mais importantes no campo da cibersegurança (MAKER, 2017; HOWARD, DA CRUZ, 2017; GUIORA, 2017). Essa perspectiva aparece em vários documentos e comunicados oficiais de governos ao redor do mundo. No caso dos EUA, os três documentos oficiais referentes ao ciberespaço lançados pela administração Obama continham elementos de cooperação com o setor privado (HOWARD, DA CRUZ, 2017).

Esse movimento, também pode ser compreendido pelo panorama teórico aqui desenvolvido. A categoria de Estado, pautada no nexa entre sociedade civil e sociedade política prevê essas associações, principalmente quando o que está em jogo é a manutenção do status dirigente das classes; no ciberespaço, tanto a manutenção dos lucros das corporações digitais, quanto a manutenção da capacidade de liderança tecnológica dos Estados envolvidos.

Com algumas exceções, o envolvimento do setor privado nesses programas [de cooperação em cibersegurança] é voluntário e a maioria dos custos diretos é arcada pelo governo. Nos Estados Unidos, a base industrial de defesa opera de perto com o governo federal, às vezes assumindo tarefas operacionais, mesmo na coleta de informações. **Empresas privadas envolvidas diretamente no trabalho de segurança e defesa podem estar tão intimamente ligadas ao Estado que, de fora, dificilmente pode haver uma distinção clara entre as duas** (KLIMBURG, 2011, p. 52, negrito nosso)¹⁰

O trecho final relaciona-se diretamente com a proposta gramsciana. Em seu tempo, o sardo procurava desnudar justamente as relações “borradas” entre sociedade política e sociedade civil. Identificava apoios “municidíssimos” para a defesa da ordem estabelecida dentro da sociedade civil (GRAMSCI, 1975, Q7§16, p. 866). Apesar de seu cariz “aparentemente privado” estavam organizados, assim como o aparelho mais evidentemente estatal, na defesa da hegemonia burguesa (GRAMSCI, 1975, Q12§1, p. 1518). Portanto, as relações entre essas esferas só poderiam acontecer de forma orgânica.

Identificamos essa mesma situação no ciberespaço. Sob o discurso da cibersegurança, empresas privadas de tecnologia e agências governamentais de um determinado ciberespaço se associam. O objetivo é duplo: garantir os lucros do campo corporativo e ampliar a pujança tecnológica nacional. Portanto, a prédica de que no ciberespaço as relações entre os membros das empresas de tecnologia e os agentes governamentais estão cada vez mais afastados, dados os interesses opostos, reflete apenas o núcleo mais superficial da questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve como objetivo central apresentar como o nexa orgânico entre sociedade civil e sociedade política, nova determinação do Estado para Gramsci, contribui no sentido de dirimir a rigidez com a qual elementos da sociedade civil e da sociedade política são contrapostos quando o assunto é o ciberespaço. Ao contrário de uma “crescente cisão” entre essas esferas, ressaltam-se as relações orgânicas entre elas, manifestadas no histórico do desenvolvimento do ciberespaço, na gênese da discussão de cibersegurança, nas compras estatais nesse campo e na complementariedade entre o modelo de negócios das corporações digitais e as agências estatais de inteligência.

Como resultado dessa tradução, a interpretação dos fatos ocorridos a partir do “Ano Zero” estabelecido por Segal muda. Isto é, a existência de um processo de “territorialização” do ciberespaço pelos Estados, que enseja a ideia de um ciberespaço anteriormente livre e democrático, é substituída pela visão de uma ampliação do papel estatal, elemento que é perene no desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação que permitiram a criação do novo ambiente.

Sendo assim, o nexos orgânico entre sociedade política e sociedade civil presente na elaboração gramsciana da categoria de Estado é uma ferramenta central para repensar as TICs estrategicamente. O objetivo é dirimir interpretações apressadas e ingênuas, que estabelecem o ciberespaço como um espaço genuinamente democratizador e com potencial de superação das desigualdades sociais do sistema de acumulação capitalista.

Isso, é claro, não deve impedir que os movimentos que lutam por uma nova hegemonia, calcada na visão de mundo do proletariado, utilizem os potenciais que as novas ferramentas digitais possuem. Justamente por isso, estudos que avançam essa pauta são cruciais. O impacto subjetivo do ciberespaço já é muito grande e tende a crescer ainda mais. Logo, perscrutar como se organizam as classes e os grupos subalternos no ambiente *online*, quais são seus desafios e problemas diante do panorama evidenciado torna-se uma tarefa importante para o futuro.

REFERÊNCIAS

BARLOW, John Perry. **A Declaration of the Independence of Cyberspace**. Davos, Suíça, 1996. Disponível em: <<https://www.eff.org/pt-br/cyberspace-independence>>. Acesso em: 20 mar 2017.

BIANCHI, Alvaro. **O laboratório de Gramsci**: Filosofia, História e Política. 2^a ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2018.

BOOTHMAN, Derek. Tradução. *In*: LIGUORI, Guido & VOZA, Pasquale (orgs.). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, p. 779-772, 2017.

BOOTHMAN, Derek. Translation and Translatability: Renewal of the Marxist Paradigm. *In*: IVES, P.; LACORTE, R. (eds.). **Gramsci, language, and translation**. Lanham, MD: Lexington Books, 2010, pp. 107-134.

CANABARRO, Diego Rafael. **Governança Global da Internet**: Tecnologia, Poder e Desenvolvimento. 2014. 433 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS), Porto Alegre, 2014.

CHAMBERS, John. What does the Internet of Everything mean for security? **World Economic Forum**, 21 jan. 2015. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2015/01/companies-fighting-cyber-crime/>. Acesso em: 15 ago. 2019.

COELHO, Marco. Antônio. **Entrevista Pierre Lévy ao Roda Viva**. [jan. 2001]. São Paulo: TV Cultura, 2001.

DEL ROIO, Marcos. A Revolução Russa como caminho de Gramsci para o marxismo. In: LOLE, A.; GOMES, V. L. C.; _____. (eds.). **Gramsci e a Revolução Russa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2017. p. 109-125.

FERRARI, Terezinha. A ESFINGE DO CIBERESPAÇO. **Projeto História**, n. 34, p. 271–287, 2007.

GATES, Bill. **A Estrada do Futuro**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

GRAMSCI, Antonio. **L'Ordine Nuovo, 1919-1920** (a cura de Valentino Gerratana e Antonio Santucci). Turim: Einaudi, 1982.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**. Torino: Einaudi, 1975.

GREENWALD, Glenn; MACASKILL, Ewen. —NSA Prism program taps in to user data of Apple, Google and others, **The Guardian**, 7 de junho de 2013 Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/jun/06/us-tech-giants-nsa-data>. Acesso em: 04 ago. 2021.

GREENWALD, Glenn. —NSA collecting phone records of millions of Verizon customers daily, **The Guardian**, 6 de junho de 2013a. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/jun/06/nsa-phone-records-verizon-court-order>. Acesso em: 04 ago. 2021.

GREENWALD, Glenn. **No place to hide: Edward Snowden, the NSA and the surveillance state**. London: Penguin, 2014.

GREENWALD, Glenn. On whistleblowers and government threats of investigation, **The Guardian**, 7 de junho de 2013b. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2013/jun/07/whistleblowers-and-leak-investigations>. Acesso em: 04 ago. 2021.

GUIORA, Amos. N. **Cybersecurity: geopolitics, law and policy**. Boca Raton, FL: Routledge, 2017.

HOFFMANN, Stacie; BRADSHAW, Samantha; TAYLOR, Emily. Networks and Geopolitics: How great power rivalries infected 5G. **Oxford Information Labs**, August, v. 22, 2019.

- HOWARD, Travis Duane; DA CRUZ, José de Arimatéia. Stay the course: Why trump must build on obama's cybersecurity policy. **Information Security Journal: A Global Perspective**, v. 26, n. 6, p. 276–286, 2 nov. 2017.
- IVES, Peter; LACORTE, Rocco (eds.). **Gramsci, language, and translation**. Lanham, MD: Lexington Books, 2010.
- JIN, Dal Yong. The Construction of Platform Imperialism in the Globalisation Era. *In*: FUCHS, Christian; MOSCO, Vincent (eds.). **Marx in the age of digital capitalism**. Leiden; Boston: Brill, 2016, p. 322-349.
- KASSAB, Hanna Samir. In Search of Cyber Stability: International Relations, Mutually Assured Destruction and the Age of Cyber Warfare. *In*: KREMER, Jan-Frederik; MÜLLER, Benedikt (eds.). **Cyberspace and International Relations**. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2014. p. 59–76.
- KLIMBURG, Alexander. Mobilising Cyber Power. **Survival**, v. 53, n. 1, p. 41–60, fev. 2011.
- LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- LIGUORI, Guido. Stato-società civile. *In*: FROSINI, F.; LIGUORI, G. **Le parole di Gramsci: Per un lessico dei Quaderni del carcere**. Roma: Carocci, 2004. p. 208–228.
- MACASKILL, Ewen, HERN, Alex. Edward Snowden: “The people are still powerless, but now they're aware”, **The Guardian**, 4 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2018/jun/04/edward-snowden-people-still-powerlessbut-aware>. Acesso em: 04 ago. 2021.
- MAIER, Friedrich. **GRAMSCI ONLINE?** Uma tradução gramsciana da cibersegurança. 2019. 197f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2019.
- MAKER, Simran R. **New Frontier in Defense: Cyberspace and U.S. Foreign Policy**. Nova Iorque: National Committee on American Foreign Policy, maio 2017.
- MARTINS, Marcos. Ciberespaço: uma Nova Realidade para a Segurança Internacional. **NAÇÃO E DEFESA**, Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, v. 133, n. 5a série, p. 32–49, 2012.
- MILINA, Velichka. Security in a Communications Society: Opportunities and Challenges. **Connections**, v. 11, n. 2, (Spring) 2012, pp. 53-66.
- MORTON, Adam David. **Revolution and state in modern Mexico: the political economy of uneven development**. Plymouth: Rowman & Littlefield Publishers, 2011.
- MORTON, Adam David. The continuum of passive revolution. **Capital & Class**, v. 34, n. 3, p. 315–342, out. 2010.

OLIVEIRA FILHO, José Jeremias de. Patologia e regras metodológicas. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 23, p. 263–268, 1995.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. Gramsci e a Tradução da Revolução de Outubro. In: LOLE, A.; GOMES, V. L. C.; DEL ROIO, M. (eds.). **Gramsci e a Revolução Russa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2017, p. 141-156.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. Hegemonia Internacional no Século XXI em Perspectiva Gramsciana: um Esboço sobre o Papel Dirigente das Classes e Grupos Sociais. In: PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos; VIEIRA, Noemia Ramos; SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção (eds.). **Relações internacionais contemporâneas: novos protagonistas e novas conjunturas**. Marília: Editora Universitária, 2014b, pp. 93-112.

PEREIRA, Joana Maria Gomes. **O ciberespaço e a mutação da realidade ou como este novo campo de atuação modifica as relações internacionais**. 2013. 84 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais – Estudos de Paz e Segurança) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.

SEGAL, Adam. **The hacked world order: how nations fight, trade, maneuver, and manipulate in the digital age**. 1ª ed. New York: PublicAffairs, 2016.

WARNER, Michael. Cybersecurity: A Pre-history. **Intelligence and National Security**, v. 27, n. 5, p. 781–799, out. 2012

-
- ¹ Mestre em Ciências Sociais pela FFC-Unesp de Marília. Endereço eletrônico: fmaier250@gmail.com
- 2 O presente texto resume algumas das conclusões obtidas pelo autor em pesquisa empreendida para o mestrado. O conjunto mais amplo dessas conclusões pode ser consultado em sua dissertação (MAIER, 2019), orientada pelo Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos.
- 3 O assunto é tema com interesse crescente dentro dos estudos gramscianos, como por exemplo em Ives e Lacorte (2010)
- 4 A filosofia da práxis, calcada no historicismo absoluto, compreende as próprias filosofias como históricas, isto é, como correspondentes/aderentes aos diversos percursos de desenvolvimento das civilizações e os problemas que emergem desses percursos. Teoriza-se, assim, a função prática das filosofias, sua conexão com o mundo social, material. Conexão que é recíproca, quando a filosofia deixa de ser mera especulação individual e se “corporifica” nas massas, isto é, intervém no movimento histórico. Essas observações desenvolvem-se no caderno dez em polêmica com o idealismo croceano (GRAMSCI, 1975, Q10§41.I, pp. 1298-9)
- 5 Entendemos por eletismo o “uso de conceitos fora dos seus respectivos esquemas conceituais e sistemas teóricos, alterando os seus significados” (OLIVEIRA FILHO, 1995; PASSOS, 2014, p. 100). Em termos específicos, isto significa que não se pode sobrepor conceitos com significados e pressupostos metodológicos excludentes entre si numa mesma linha de raciocínio. A proposta metodológica de Gramsci auxilia na superação desse problema, pois permitiu a incorporação ressignificada, traduzida, de elementos oriundos de tradições diversas do materialismo histórico para dentro da filosofia da práxis. Nesse processo de incorporação Gramsci promove uma “depuração” dos conceitos. Um exemplo é a tradução da “história

ético-política”, termo originalmente encontrado na obra de Benedetto Croce e, posteriormente, ressignificado por Gramsci para complementar sua teoria da hegemonia. Cabe mencionar, a discussão sobre o ecletismo envolve ponderações de características meta-teóricas e ainda está longe de ser considerada finalizada.

- 6 Isso implica reconhecer a importância das TICs para o processo de “reestruturação produtiva”, dito neoliberal, que começou a tomar forma a partir da década de 1970 (FERRARI, 2007). Morton (2010, 2011) faz uma interessante interpretação desse processo histórico a partir das categorias gramscianas.
- 7 Como em Gates (1995), para quem as novas tecnologias criariam um “capitalismo sem atrito”, eliminando os elementos intermediários, que tornariam custas as trocas humanas, ampliando assim a prosperidade geral. Pierre Lévy, importante pensador sobre o ciberespaço, afirmou em entrevista que as tecnologias digitais, a partir de sua dinâmica intrínseca, permitiriam profundas mudanças na sociedade, a organização social a partir da inteligência coletiva proporcionaria mais poder e felicidade (COELHO, 2001). Milina (2012) aponta as tecnologias digitais como “ferramentas neutras”, com fortes possibilidades de democratizar as sociedades. Pereira (2013) ressalta no ciberespaço um “capacidade intrínseca para reformular os princípios estruturantes da atual ordem internacional” (pp. 61-2).
- 8 Os arquivos são tão grandes e em alguns pontos tão “sensíveis” que apenas 1% foi publicado (MACASKILL, HERN, 2018).
- 9 Um dos exemplos abordados em Maier (2019), é a aprovação, em 1987, de uma lei que restringia a atuação do exército na proteção das redes classificadas (.gov e .mil) pelo congresso estadunidense.
- 10 No original: *With some exceptions, involvement of the private sector in these programmes is voluntary and most direct costs are borne by government. In the United States, the defence-industrial base operates closely with the federal government, sometimes taking over operational tasks even in intelligence collection. Private companies engaged directly in security and defence work can be so closely entwined with the state that, from the outside, there can be hardly any clear distinction between the two.*

Recebido em 4 de agosto de 2021

Aceito em 4 de setembro de 2021

Editado em novembro de 2021